LEI Nº 987 , DE 27 DE ABRIL DE 2001.

Institui, no âmbito do Município de Palmas, a semana do Voluntariado Palmense e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS, aprova e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica instituída a SEMANA DO VOLUNTARIADO PALMENSE.

~~Parágrafo único. A Semana do Voluntariado Palmense será realizada sempre no 2º semestre de cada ano e inserida ao Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino, e demais Programas e Eventos dos órgãos da administração do Município de Palmas, salvo para sua primeira realização a contar a partir da data da promulgação desta Lei.~~

Parágrafo único. A Semana do Voluntariado Palmense será realizada na última semana do mês de outubro de cada ano e inserida ao Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino e demais Programas e Eventos dos órgãos da administração do Município de Palmas, salvo para sua primeira realização a contar a partir da data da promulgação desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 1549, de 2008\).](#)

Art. 2º Para a realização da Semana do Voluntariado Palmense observar-se-á a articulação com os diversos Órgãos Públicos e Privados e Organizações do terceiro setor para promover o exercício da cidadania, no intuito de recriar oportunidades de melhoria da qualidade de vida da comunidade do Município de Palmas.

Art. 3º A semana do Voluntariado Palmense será desenvolvida através de trabalhos voluntários com ênfase na parceria e no desenvolvimento com sustentabilidade, através da colaboração social-comunitária, na tentativa de elevar o espírito solidário como forma de promoção social.

Art. 4º A realização da Semana do Voluntariado Palmense objetiva no intuito de despertar o interesse e a solidariedade da comunidade em ser agente de sua própria inclusão social através da parceria.

Parágrafo único. Primará por desenvolver atividades com todos os setores sociais, fazendo a interligação das ações de governo junto aos líderes comunitários e comunidades em ações:

I – palestras educativas em escolas, colégios, universidades, centros comunitários, hospitais, cadeias públicas, etc;

II - consultas e tratamentos médicos e odontológicos;

III - campanhas para doação de sangue para o Hemocentro de Palmas, doação de alimentos, roupas e outros utensílios;
IV - registro civil;
V - batizados e casamentos comunitários;
VI - palestras e treinamentos para Produtores Rurais;
VII – conscientização da prevenção ambiental e valorização da pessoa;
VIII – qualificação profissional, através de cursos de aperfeiçoamento do trabalhador;
IX - oficinas de remédios e alimentação alternativa;
X - mutirões e outras atividades a serem defenidas pelo Poder Público Municipal;

Art. 5º Será formado o Conselho do Voluntariado, sem ônus para o Poder Público, a ser nomeado por Ato do Poder Executivo Municipal, para a coordenação dos trabalhos.

Parágrafo único. O Conselho compor-se-á de 9(nove) membros, através de indicação do representante máximo de seu segmento, distribuído da seguinte forma:

- I – 2(dois) representantes do Poder Executivo Municipal;
- II – 2 (dois) representantes do Poder Legislativo Municipal;
- III- 2(dois) representantes do Poder Público Estadual;
- IV –1 (um) representante da iniciativa Privada; e
- V – 2(dois) representantes do Terceiro Setor.

Art. 6º A realização dos trabalhos reger-se-á por uma Agenda Social, a ser aprovada por seu Conselho, de conformidade com o Art. 5º desta Lei, e referendada por ato do Poder Executivo Municipal, num prazo de 30(trinta) dias antes de sua execução.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PALMAS, aos 27 dias do mês de abril de 2001, 12º ano da criação de Palmas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PALMAS, aos 27 dias do mês de abril de 2001, 12º ano da criação de Palmas.

NILMAR GAVINO RUIZ
Prefeita de Palmas